



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/08/2013



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1
1.2. JUÍZES.....	2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. DECISÕES.....	3 - 5
2.2. JUÍZES.....	6
2.3. VARA CÍVEL.....	7
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. DESEMBARGADORES.....	8
3.2. SERVIDORES.....	9 - 10

Para outubro I

A escolha do novo desembargador pelo critério de merecimento não será realizada na próxima quarta-feira (21), como informou a coluna, ontem.

Por conta de uma mudança de regra, o Pleno deu prazo até 13 de setembro para permitir que os juízes atualizem sua produtividade, para serem avaliados corretamente.

Assim, na previsão do desembargador-corregedor Cleones Cunha, a escolha do desembargador só se dará em outubro.

Para outubro II

Em outubro, o Tribunal de Justiça elegerá também a sua nova Mesa Diretora.

Em princípio, a eleição do comando do Judiciário se dará na primeira quarta-feira daquele mês, que cairá no dia 2.

É possível que a escolha do novo desembargador seja feita naquela data, ou na sessão seguinte, no dia 9, mas não antes do dia 2.

Vai andar

Uma voz do Judiciário disse ontem à coluna que a ação popular que responsabiliza o ex-governador José Reinaldo para escândalo das estradas fantasmas não ficará na gaveta.

Avalia que as sentenças prolatadas pelo juiz da 1ª Vara Criminal, Ronaldo Maciel, farão com que o juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública, Cícero Dias, movimente o processo.

Em tempo: Cícero Dias comanda a vara há apenas quatro meses.

Excesso de liminares provoca paralisação de concurso da Segurança

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) decidiu suspender a realização do Curso de Formação da Polícia Civil. A medida foi adotada face a centenas de liminares incluindo candidatos reprovados em etapas anteriores do concurso para a área de Segurança. As decisões judiciais ameaçam como um todo o prosseguimento do certame, que tem o curso de formação como parte do processo. Outros seletivos do estado também podem ser atingidos pelo excesso de liminares.

URBANO 2



EXAME DE ORDEM

Na primeira etapa do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, as provas no Maranhão foram realizadas em São Luís e Imperatriz. Na capital, foram 62 faltosos dos 1.501 inscritos.

URBANO 2

JUSTIÇA

Secretaria suspende curso da Polícia Civil

Concurseiros em apreensão. Uma decisão polêmica da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) suspendeu o Curso de Formação da Polícia Civil programado para começar na última segunda-feira (12). Em nota, a instituição justificou a medida em decorrência de centenas de liminares concedidas pela Justiça a candidatos que participaram do concurso público, cujo edital foi lançado no ano passado. O excesso de aprovados por liminar, segundo a instituição, comprometeria a capacidade da Academia Integrada de Segurança Pública (Aisp), local do treinamento, assim como a previsão de recursos para o pagamento da bolsa-formação dos aprovados. Com outros concursos abertos no estado, **O Imparcial** fez um levantamento das etapas do cronograma de realização em que se encontram os três principais certames em andamento, dentre aqueles lançados neste ano.

Na semana passada, a Funda-

ção Getúlio Vargas (FGV) divulgou a lista preliminar de aprovados no certame do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MA), cuja prova foi realizada no início do mês passado. Com 160 vagas oferecidas para os cargos de analista e assistente de trânsito, a relação definitiva dos futuros servidores ocorrerá após o julgamento de recursos interpostos por candidatos que se sentiram prejudicados com o resultado.

Também organizado pela FGV, o concurso para servidores da Assembleia Legislativa (Alema) se encontra em fase de correção das redações dos candidatos aprovados na etapa de provas objetivas, cujo resultado definitivo foi divulgado no início de julho. O parlamento estadual abriu 87 vagas para novos servidores públicos, contemplando diversos cargos. No caso dos candidatos ao cargo de intérprete de Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), é prevista a realização de prova prática para os aprovados na redação. Até o fim do mês, o Ministério

O excesso de aprovados por liminar, em concurso, comprometeria a capacidade da Academia Integrada de Segurança Pública (Aisp), local do treinamento, assim como a previsão de recursos para o pagamento da bolsa-formação dos aprovados

Público Estadual (MPMA) espera anunciar a relação de aprovados no concurso aberto para o preenchimento de 108 vagas de analista e técnico ministerial. O certame é organizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC). De acordo com o cronograma do edital do certame, o próximo dia 26 é a data prevista para a divulgação do resultado das provas objetiva e discursiva (redação), assim como para a vista de provas.

Liminares

O conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rodrigo Lago, esclareceu que os certames para a efetivação de servidores públicos, por serem atos administrativos, estão sujeitos a recursos dos candidatos que se sentiram prejudicados, junto ao Poder Judiciário. De acordo com o jurista, apesar de as comissões organizadoras de concursos públicos terem autonomia para elaborar as questões e corrigir os resultados das provas, as instâncias judiciais assumem a função

de controlar a execução dos processos seletivos, a fim de decidir os casos de erros flagrantes.

Rodrigo Lago destacou que há procedimentos dos certames que costumam ser alvos mais frequentes de medidas judiciais, como a não observância aos prazos previstos, o descumprimento de itens do edital, critérios infundados para o exercício dos cargos a serem preenchidos, além de inadequação de tempo ou nível de dificuldade das provas.

Sobre as liminares que permitem aos candidatos continuar concorrendo às vagas ou assumir os cargos, o jurista considerou que o sistema de organização de concursos vem sendo aperfeiçoado, no sentido de evitar que os candidatos tomem posse antes de uma decisão judicial definitiva.



Rodrigo Laço : certames são alvos frequentes de medidas judiciais

» Serviço

Concurso	N° de vagas	Fase de andamento
Detran-MA	160	resultado preliminar divulgado
Alema	87	correção de redações
MPMA	108	correção de provas

Atendimento aos candidatos

FGV: 0800 283 4628

FCC: (11) 3723 4388

PLANO DE SAÚDE

Ministério Público cobra da Unimed explicações

Está marcada para hoje, na 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís do Ministério Público do Estado (MPE), uma reunião entre a promotora Ana Karízia e os representantes da Unimed. A audiência tem como objetivo encontrar uma solução para a crise da operadora de saúde Unimed São Luís, que suspendeu o atendimento de 40 mil usuários do plano de saúde. Para ter seus direitos garantidos, muitos estão recorrendo à Justiça para ter seus direitos de atendimento e cobrar ressarcimentos de procedimentos pagos. A rede de atendimento foi reduzida a um só hospital, que atende apenas urgências, e poucas clínicas particulares.

Mesmo com a decisão do juiz titular da 16ª Vara Cível de São Luís, Ailton Castro Aires, em que determinou aplicação de multa de R\$ 50 mil por cada dia de descumprimento da decisão judicial ao Centro Médico Maranhense, em atender aos pacientes do plano de saúde Unimed São Luís, o hospital continua com os serviços suspensos. A direção do hospital afirma que ainda não foi notificada pela Justiça, e adian-

ta que vai recorrer da decisão.

O Hospital Centro Médico, descredenciou o plano no último dia 12 por falta de pagamento. Segundo representante da presidência, desde janeiro os contratos estão atrasados, mas, a instituição permanece com o tratamento de 13 pacientes do plano, inclusive em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). "A Unimed estava ciente do descredenciamento automático em caso de mais atrasos. E foi o que ocorreu", explica a representante do hospital, Rita Bogéa.

O atendimento aos usuários vem sendo feito precariamente em outras unidades de saúde, com limite de horários e especialistas. Em alguns casos, apenas um médico e vagas limitadas a duas com intervalos de mais de dois meses para marcar. Estas são algumas das mais de 200 reclamações de usuários registradas pela Promotoria do Consumidor do Ministério Público do Maranhão (MPE) e Procon-MA. Em contrapartida, as instituições de saúde justificam o descredenciamento ao descumprimento de acordos, que incluem atrasos e falta de pagamento.

JUSTIÇA

4ª Vara Cível prioriza processos mais antigos

A 4ª Vara Cível de São Luís prioriza as ações mais antigas para dar celeridade à prestação jurisdicional naquela unidade. A exceção são os casos de urgência, como serviços de saúde e mandados de segurança, que são prontamente analisados.

“Estamos vigilantes no sentido de que não ocorram atrasos nos processos em tramitação, nem ultrapassagem de prazo para sentença, decisão ou despacho de processos submetidos à decisão do magistrado”, afirma o juiz titular Tyrone José Silva.

Este ano, a 4ª Vara Cível já recebeu 800 novos processos, totalizando 3.100 em tramitação. Nos últimos 48 meses, produziu 9.089 sentenças, 10.527 decisões e arquivou cinco mil processos, sendo que, só nos últimos dois anos, foram proferidos 8.700 despachos. São casos de revisão contratual, execução, ações envolvendo danos, busca e apreensão, planos de saúde, telefonia celular, dentre outros. Em 2013, foram julgados 1.408 processos.

Em 2009, o acervo da unidade era de 8.050 processos, número



Juiz Tyrone afirma que maioria dos processos envolvem ações de danos, busca e apreensão, dentre outros

que foi reduzido para 3.100 atualmente. Tyrone José Silva destacou que as ações autuadas até dezembro de 2006 já estão praticamente extintas, com apenas alguns casos de execução pendentes, em razão da dificuldade na localização de bens dos devedores.

Para Tyrone José Silva, pelo fato de as varas cíveis serem as que incidem as relações de direito das pessoas, no que diz respeito a sua honra e patrimônio, por exemplo, cobra-se muito a celeridade. “Tratamos de danos morais e falta de cumprimento contratual, por isso temos uma maior cobrança, por parte da sociedade, de celeridade. Estamos sempre em busca de resolver o

mais rápido possível as demandas que são propostas”, garantiu o juiz. Ele ressaltou, ainda, que

muitas vezes prolonga o expediente da unidade e promove plantões aos sábados.



JUIZ FEDERAL Alberto Tavares, Diretor-Geral do Detran, André Campos, advogado Marcelo Araújo, deputado estadual Roberto Costa e o juiz José Eulálio Figueiredo

O Juizado Especial de Trânsito (JET), com apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão, Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) e Detran - MA realizou o II Seminário Maranhense de Direito de Trânsito, que debateram assuntos como a responsabilidade civil nos crimes de trânsito, direitos da vítima de acidente, álcool e direção, entre outros.

Mais de 400 pessoas entre juizes, advogados, promotores, instituições públicas e privadas, condutores de veículos, instrutores de autoescolas, estudantes, proprietários de concessionárias, taxistas, policiais militares, profissionais da imprensa e todos aqueles que de alguma forma lidam com a questão do trânsito na cidade, participaram do evento.

Seminário teve como palestrantes os desembargadores Paulo Velten (TJMA) e Alberto Tavares (TRF 1ª Região), juizes José Eulálio Figueiredo de Almeida (TJMA) e Marcos Alan Gomes (TJPA), além dos advogados João Pedro Aragão (JET-MA) e Marcelo Araújo (PR).



COMANDANTE do Batalhão de Choque, Cel. Sá



O DESEMBARGADOR Paulo Velten - com o juiz Eulálio Figueiredo – falou sobre Novas Tendências da Responsabilidade Civil



O JUIZ EULÁLIO Figueiredo e o Secretário de Segurança de São Luís, Breno Gaudino

Magistrados mostram experiências do Maranhão em evento do CNJ

Os juízes Nelson Melo (titular da Vara da Mulher de São Luís) e Sara Gama (titular da vara da Mulher de Imperatriz) representaram o Judiciário estadual na 7ª Jornada da Lei Maria da Penha, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília. A comitiva do Maranhão foi integrada também pela chefe da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Edwiges Bertran.

Uma das palestrantes do painel "Experiências exitosas na perspectiva da efetividade da lei Maria da Penha", a juíza Sara Gama destacou o Provimento nº 06/2013 – assinado em maio deste ano pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha – para facilitar a solicitação de Medidas Protetivas de Urgência, prevista na Lei Maria da Penha (nº 11.340), a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Na prática, a própria vítima pode requerer a medida junto à Justiça, sem necessidade de advogado ou defensor, a qualquer hora, necessitando apenas preencher um formulário.

"Foi uma medida muito bem recebida pelos participantes da Jornada", ressaltou a magistrada,

que também apresentou o projeto Justiça Social como uma das experiências positivas na garantia das medidas de proteção. Há cinco anos, o projeto capacita mulheres vítimas de violência em Imperatriz e faz parte das ações da Coordenadoria da Mulher do TJMA, sendo executado também na comarca de São Luís.

"O projeto possibilita vários atendimentos, incentivando a qualificação profissional como forma de empoderar a mulher e ajudá-la a quebrar o ciclo de violência", ressaltou. Pesquisa do Instituto Avon mostra que 47% das mulheres permanecem na relação, em decorrência da relação de dependência.

O juiz Nelson Melo distribuiu aos participantes CD com o relatório de cinco anos de atividade do projeto de reeducação do autor de violência doméstica, executado pela vara da Mulher de São Luís – iniciativa que também serve para efetivar as medidas protetivas, e já atendeu 144 homens, não sendo registrada nenhuma reincidência.

O material também contém informações da pesquisa social quantitativa feita pela Vara de São Luís, cujo trabalho está entre os finalistas do Prêmio Innovare 2013 com o projeto "Maria vai à escola".

Pagamento antecipado

Os servidores com cargos efetivos, estáveis, comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário do Maranhão recebem os salários do mês de agosto nesta segunda-feira (19), conforme determinação do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Os recursos foram colocados disponíveis em conta bancária neste sábado (17). Os contracheques encontram-se disponíveis no Portal do Judiciário, no link "Página do Servidor".

Desde o início da atual gestão, em 2012, o Judiciário estadual mantém cronograma de pagamento com data anterior a dos outros órgãos estaduais.